

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 2 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 3 |
| 5.4 - Alterações significativas | 4 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 5 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 9 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 10 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 11 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 12 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 22 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 23 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 24 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 25 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS:

- Vide informações descritas no item 4.1.9 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELA COMPANHIA E/OU SUAS CONTROLADAS:**

- A Companhia gerencia seus riscos de mercado e operacionais de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS, EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ANTERIOR, NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA:**

- Não foram verificadas, desde o último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS RELEVANTES:

- Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES:****10.1.a. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS DA COMPANHIA:**

- A Diretoria entende que a situação financeira e patrimonial da Companhia se encontra plenamente adequada à implementação do seu plano de negócios e ao cumprimento de suas obrigações financeiras e contratuais vigentes.

10.1.b. ESTRUTURA DE CAPITAL E POSSIBILIDADE DE RESGATE DE AÇÕES, INDICANDO (I) HIPÓTESES DE RESGATE E (II) FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DE RESGATE:

- A estrutura de capital da Companhia é aquela indicada no item 17.1 deste Formulário de Referência. A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em seu Estatuto Social prevendo tal possibilidade.

10.1.c. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS:

- Considerando o perfil de nosso endividamento, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

10.1.d. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS:

- Para a implantação dos projetos da Companhia e de suas Controladas e cumprimento de seus respectivos objetivos sociais, a Companhia financia suas atividades por meio de captação de recursos junto a seus acionistas e por meio de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo, firmados com instituições financeiras de primeira linha. Privilegiamos a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

10.1.e. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ:

- Vide informações prestadas no item 10.1.d acima

10.1.f. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA (i) CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES; (ii) OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS; (iii) GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS; (iv) EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR, EM ESPECIAL, EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE ATIVOS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:****METRÔ RIO**

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|----------------|--------------------|------------------|-------|------------|----------|
| FINEP | Longo prazo | 5,25% a.a. | R\$ | Jan/2018 | 9.477 |
| FINEP | Longo prazo | 8,25% a.a. | R\$ | Jan/2018 | 10.038 |
| BNDES direto 1 | Longo prazo | TJLT +2,02% a.a. | R\$ | Mai/2015 | 21.535 |
| BNDES direto 2 | Longo prazo | TJLT +1,92% a.a. | R\$ | Fev/2017 | 45.476 |
| BNDES direto 3 | Longo prazo | TJLT+ 1,72% a.a. | R\$ | Out/2024 | 339.930 |
| Calyon | Longo prazo | VC+3,44% a.a. | U\$ | Nov/2016 | 8.028 |
| BB/Bradesco | Notas Promissórias | CDI+ 1,12% a.a. | R\$ | Mar/2012 | 186.864 |
| CEF | Longo Prazo | TR + 7,8% | R\$ | Jun/2034 | 243.860 |
| Total | | | | | 865.208 |

CART

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|----------|-----------------|----------------------|-------|------------|----------|
| HSBC | Debêntures | 116,5% do CDI | R\$ | Jan/2013 | 106.066 |
| Bradesco | Debêntures | 116,5% do CDI | R\$ | Jan/2013 | 318.197 |
| Bradesco | Conta Garantida | CDI + 0,2%a.m | R\$ | Jun/2012 | 15.228 |
| BNDES | Longo prazo | TJLP + 2,45% a.a. | R\$ | Mar/2025 | 450.029 |
| BNDES | Longo prazo | IPCA+TRB +2,45% a.a. | R\$ | Mar/2026 | 12,361 |
| Total | | | | | 901.881 |

CLN

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|-------------------|-------------|-----------------|-------|------------|----------|
| Banco do Nordeste | Longo prazo | 8,08% | R\$ | Nov/2017 | 20.295 |
| HSBC | Longo prazo | CDI + 0,125%a.m | R\$ | Abr/16 | 15.780 |
| Total | | | | | 36.075 |

CBN

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|--------------------------|-----------------|-----------------|-------|------------|----------|
| Banco do Nordeste | Conta Garantida | CDI+0,23% A.M | R\$ | Mar/12 | 9.560 |
| Desenbahia (fundese) | Longo Prazo | TJLT + 3% a.a. | R\$ | Abr/31 | 7.632 |
| Banco do Nordenste - FAT | Longo Prazo | TJLT + 4% a.a. | R\$ | Abr/26 | 7.947 |
| Banco do Nordenste - FNE | Longo Prazo | 8,5% a.a. | R\$ | Ago/31 | 86.691 |
| Desenbahia - FNE | Longo Prazo | 8,5% a.a. | R\$ | Ago/31 | 5.301 |
| Total | | | | | 117.131 |

LAMSA

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|-----------------|------------------|------------------|-------|------------|----------|
| Banco Santander | Nota promissória | CDI + 0,90% a.a. | R\$ | Jan/2012 | 179.686 |
| Bradesco | Conta garantida | CDI +0,2% a.m. | R\$ | Jan/2012 | 1.297 |
| Total | | | | | 180.983 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**INVEPAR**

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|------------|----------|-----------------|-------|------------|----------|
| Debêntures | Públicas | IPCA + 9,75% | R\$ | Mar/2020 | 537.549 |
| Total | | | | | 537.549 |

CRT

| Linha | Tipo | Encargos anuais | Moeda | Vencimento | 31/12/11 |
|------------|-------------|------------------------------------|-------|------------|----------|
| BNDES | Longo prazo | TJLP +1,8% a.a. e TJLT + 2,8% a.a. | R\$ | Mai/2019 | 10.930 |
| Debêntures | Longo prazo | Dividend yield | R\$ | Mar/2021 | 3.537 |
| Total | | | | | 14.467 |

| | | | | | |
|-----------------------------|--|--|--|--|---------|
| Ajuste de taxa efetiva | | | | | (2.224) |
| Ajuste de custo de captação | | | | | (297) |

| | | | | | |
|--------------|--|--|--|--|------------------|
| TOTAL | | | | | 1.685.426 |
|--------------|--|--|--|--|------------------|

As seguintes dívidas possuem *covenants* financeiros para limite de alavancagem: Debêntures emitidas pela Invepar, Financiamentos de Longo Prazo do Metrô Rio junto ao BNDES, Empréstimo Ponte da CART junto ao BNDES, Notas Promissórias emitidas pela CART e Notas Promissórias emitidas pela LAMSA.

10.1.g. LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS:

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e Finep têm a sua liberação à medida que a Companhia comprove pagamentos relativos aos projetos financiados em montante igual ou superior ao valor desembolsado.

10.1.h. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Aumento de R\$ 57.025 ocorrido devido aos prejuízos fiscais de CART e Metrô Rio no ano de 2011.

Intangível:

O aumento de R\$ 518.274 do Intangível ocorreu devido ao atendimento de obrigações contratuais pelas controladas, como pagamento de outorga fixa e obras de ampliação.

Empréstimos e financiamentos:

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com endividamento consolidado de R\$ 2,2 bilhão, sendo 15,8% superior ao ano anterior (R\$ 1,9 bilhão). Deste total, 73% possuem característica de longo prazo. O aumento do endividamento está diretamente relacionado à atual fase de investimentos da INVEPAR e suas Controladas e ao aumento de portfólio do grupo INVEPAR. O perfil do endividamento e a utilização de linhas de crédito e instrumentos de mercado de capitais adequados refletem a preocupação da Companhia em buscar a melhor estrutura de capital para cada um dos projetos, bem como aprimorar continuamente o perfil da dívida através do alongamento de prazos/duration, redução de taxas e estabelecimento de estruturas de garantia mais eficientes.

Debêntures

As debêntures Invepar, emitidas em março 2010, e que em dezembro de 2011 tinham saldo devedor de R\$ 537.549 foram resgatadas antecipadamente pela empresa em 29/03/2011, com isso a empresa já fecha o primeiro trimestre de 2012 sem saldo devedor referente a esse financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisCapital social:

Aumento de R\$ 357.875 devido aos aportes de capital dos acionistas PETROS e FUNCEF, para que a Companhia e suas controladas possam fazer frente aos investimentos exigidos pelos contratos de concessão, bem como ampliar o portfólio de ativos da INVEPAR.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR, EM ESPECIAL: (i) DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA E (ii) FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS; VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS; IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR

Receita de serviços:

Aumento de R\$ 175.525 devido, principalmente, à entrada em operação da CBN (Concessionária Bahia Norte), da aquisição de participação na CRT (Concessionária Rio Teresópolis), além de melhores desempenhos de LAMSA, MetrôRio e CART. Esta última, em função do crescimento natural gerado pela fase inicial do negócio.

Custos dos serviços:

Aumento de R\$ 146.180 em função do aumento das despesas variáveis associadas ao aumento da demanda, experienciado em todas as controladas do grupo, principalmente MetrôRio; da entrada em operação da CBN, conforme indicado acima; além do impacto gerado pela participação na CRT.

Despesas Gerais e Administrativas:

Aumento de R\$ 9.162 em função do aumento das operações do MetrôRio, da entrada em operação da CBN, conforme mencionado, além do impacto gerado pela participação na CRT.

Resultado Financeiro:

Queda no Resultado Financeiro em R\$ 75.346 devido à captação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas controladas, para fazer frente aos investimentos requeridos pelos contratos de concessão, principalmente no caso do MetrôRio, para a aquisição dos Novos Carros.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. EFEITOS RELEVANTES QUE OS SEGUINTE EVENTOS TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS: (a) INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL; (b) CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA; E (c) EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS:

Em julho de 2011 a Invepar adquiriu a controlada em conjunto Concessionária Rota do Atlântico, cuja participação é de 50%, porém não causou impactos relevantes no resultado, visto que a mesma ainda se encontra em fase pré-operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS; EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS; E RESSALVAS E ÊNFASES PRESENTES NO PARECER DO AUDITOR:****A) EFEITOS DAS APLICAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

- Somente ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis quando do encerramento do exercício de 2010, quando diversos pronunciamentos foram emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para o exercício findo em 2011, houve apenas a manutenção destas novas práticas contábeis.

B) PARÁGRAFO DE ÊNFASE NO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES REFERENTES AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31/12/2011:

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (ou prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado (IAS 16) e CPC 28 - Propriedade para investimento (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 -

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1) e 43 - Adoção inicial dos pronunciamentos CPC 15 a 41.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas CART, METRÔRIO, LAMSA, CLN, CBN, CRT e CRA e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Nome do tributo | Sigla | Alíquota | |
|--|--------|--|-----------------|
| | | Receitas com pedágio e vendas de passagens | Demais receitas |
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS | 0,65% | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 3,00% | 7,60% |
| Imposto sobre serviço de qualquer natureza | ISS | 2,00% ou 5,00% (*) | - |

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e 5,00% para operação de rodovias.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem 240 reais no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da controlada METRÔRIO representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos; e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria da controlada Metrô-Rio e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração da controlada Metrô Rio considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Combinações de negócios (a partir de 1º de janeiro de 2009)

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. A Administração tem a expectativa de realizar a venda dos imóveis dentro de um ano. Os ativos classificados como mantidos para venda não são depreciados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Contratos de concessão - ICPC 01

A INVEPAR e suas controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011

Em 2011 o comitê de pronunciamentos contábeis revisou os pronunciamentos contábeis: CPC 00, CPC 15, CPC 19, CPC 20 e CPC 26 e revisou a interpretação técnica ICPC 01. Tais revisões dos pronunciamentos e da interpretação terão adoção obrigatória para o exercício de 2011 e não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board – IASB emitiu os pronunciamentos contábeis: IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 Operações conjuntas e o IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades, tais pronunciamentos terão adoção obrigatória a partir de 01/01/2013.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR (a) GRAU DE EFICIÊNCIA DE TAIS CONTROLES, INDICANDO EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA CORRIGI-LAS; E (b) DEFICIÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE:

Consideramos que os nossos controles internos adotados são adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras quanto ao suporte, precisão e segurança das informações e transações contabilizadas.

A Companhia possui sistemas de controles internos e de *compliance* a fim de reduzir os riscos da organização no não cumprimento de seus objetivos de negócio e na não aderência às leis, regulamentações e normas internas.

Complementarmente, durante os trabalhos dos nossos auditores independentes, foram apontadas recomendações de melhoria de alguns controles internos visando maior segurança na preparação das demonstrações financeiras. Tais recomendações são analisadas pela Administração das Companhias, que tomam as providências cabíveis para mitigação de possíveis riscos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR: (a) COMO OS RECURSOS RESULTANTES DA OFERTA FORAM UTILIZADOS; (b) SE HOVE DESVIOS RELEVANTES ENTRE A APLICAÇÃO EFETIVA DOS RECURSOS E AS PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DIVULGADAS NOS PROSPECTOS DA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO; E (c) CASO TENHA HAVIDO DESVIOS, AS RAZÕES PARA TAIS DESVIOS:

- A Companhia efetuou uma única distribuição pública de Debêntures simples, em março de 2010, dispensada de registro perante a CVM na forma da Instrução CVM nº 476/09, cujas características são descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência. Os recursos captados na referida distribuição foram integralmente destinados à subscrição e integralização de debêntures emitidas privadamente pela Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., sociedade cujas ações são 99,99% detidas pela Companhia.
- Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva de recursos captados pela Companhia com as Debêntures e a destinação descrita neste item.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO (A) OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELO EMISSOR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS); OU (B) OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- A Companhia não possui quaisquer ativos ou obrigações que não estejam contabilizados ou evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

- Item não aplicável à Companhia.